

Ata nº 134 / XIII / 3.ª SL

Aos vinte e seis dias do mês de junho de 2018, pelas dezasseis horas, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Estrangeiros, na sala 7 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta Ata, com a seguinte,

Ordem do Dia (OD):

1. Informações gerais

2. **Apreciação e votação do parecer** da [Proposta de Lei n.º 118/XIII/3ª](#) - Autoriza o Governo a criar e a regular a emissão e utilização do cartão de identidade de agentes diplomáticos e consulares.

- **Deputado autor do parecer:** João Pereira Gonçalves - CDS-PP

(O prazo de conclusão, ainda que meramente indicativo, previsto nos artigos 131.º n.º 3 (15 dias) e 136.º (30+30 dias), ambos do Regimento, está já ultrapassado)

3. **Apreciação e votação do Relatório da Recomendação de DECISÃO DO CONSELHO** que autoriza a abertura de negociações com vista a uma convenção que estabelece um tribunal multilateral para a resolução de litígios em matéria de investimento - [COM \(2017\) 493](#)

- **Deputada relatora:** Paula Teixeira da Cruz - PSD

4. **Apreciação e votação do Relatório da Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO** que estabelece um quadro para a análise dos investimentos diretos estrangeiros na União Europeia - [COM 487 \(2017\)](#)

- **Deputada relatora:** Jamila Madeira – PS

5. **Apreciação e votação do Relatório da Proposta de DECISÃO DO CONSELHO** relativa à celebração do Acordo de Parceria Económica entre a União Europeia e o Japão [COM \(2018\) 192](#)

- **Deputado relator:** Rui Silva - PSD

6. Apreciação e votação do Relatório da Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à celebração do Acordo de Comércio Livre entre a União Europeia e a República de Singapura [COM \(2018\) 196](#)

- **Deputado relator:** Rui Silva - PSD

7. Discussão em Comissão das seguintes iniciativas:

- [Projeto de Resolução n.º 1460| XIII| 3.ª \(PCP\)](#) que Propõe medidas de valorização do exercício de funções do Ensino Português no Estrangeiro
- [Projeto de Resolução n.º 1457| XIII| 3.ª \(PCP\)](#) que Propõe o acesso gratuito à plataforma eletrónica "Escola Virtual" para o Ensino do Português no Estrangeiro (EPE)
- [Projeto de Resolução n.º 1456| XIII| 3.ª \(PCP\)](#) que Propõe medidas de apoio aos familiares de cidadãos portugueses falecidos no estrangeiro para efeitos da transladação para território nacional

8. Outros assuntos.

Iniciados os trabalhos, o Senhor **Presidente, Deputado Sérgio Sousa Pinto**, deu as boas-vindas aos membros da Comissão, prestou, no âmbito do **Ponto 1.** da OD, as seguintes informações gerais:

- Baixou à CNECP o Projeto de Resolução n.º 1708/XIII/3 (CDS-PP) que Recomenda ao Governo que no âmbito da Resolução da AR n.º 232/2017, de 20 de setembro, atue junto das autoridades do Canadá no sentido de agilizar os procedimentos necessários ao aumento da quota de importação prevista no CETA. O Grupo Parlamentar do CDS-PP, informou que a discussão se fará em Comissão.

- Relativamente às audições do Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros (MNE), tanto a regimental como a requerida pelo PSD cujo agendamento de encontra pendente, fomos informados pelo Gabinete do Senhor Secretário de Estado dos assuntos Parlamentares que na semana de 9 a 13 de julho o MNE irá participar no EurAfrican Forum, e nos dias 11 e 12 de julho irá acompanhar o Senhor Primeiro-Ministro e participar na Cimeira da NATO, em Bruxelas. Por conseguinte a solução para realização desta audição terá de fugir à prática habitual da Comissão, configurando-se duas hipóteses:
- 1.^a hipótese: dia 4 de julho, 4.^a feira,, pelas 10.30h;
 - 2.^a hipótese: dia 24 de julho, pela tarde.

Neste âmbito, intervieram os Senhores **Deputados**:

José Cesário (PSD), indicando, em alternativa, as datas de 10 de julho, à tarde, ou 4 de julho, pelas 11 horas.

Paulo Pisco (PS), que declarou preferir a data de 24 de julho, por não ser segura a disponibilidade do seu Grupo Parlamentar para a realização das audições a 4 de julho, devido a agendamentos já existentes. Dispôs-se, porém, a efetuar as consultas necessárias à tomada de uma posição definitiva.

Carla Cruz (PCP), para declarar não possuir, de momento, condições para tomar uma decisão definitiva. Embora agradasse ao PCP a data de 4 de julho, o facto é que nesse mesmo dia decorrerá uma outra audição ao Senhor Ministro da Saúde, pelo que solicitou algum tempo para avaliação desta possibilidade.

Pedro Filipe Soares (BE), para manifestar a sua preferência e disponibilidade para o dia 4 de julho, pela manhã.

João Oliveira (PCP) que, entretanto chegado à sessão, manifestou a disponibilidade do PCP para a realização das audições no dia 4 de julho, pela manhã.

Neste seguimento, ficaram os Serviços incumbidos de dar seguimento às diligências confirmativas do agendamento, nos termos acordados.

- Relativamente ao pedido de audiência formulado pela Organização de Estados Ibero-americanos, consubstanciando uma visita de cortesia do Secretário-geral da Organização de Estados Ibero-americanos, Mariano Jabonero, que está em Portugal em missão oficial, foi delibado receber esta entidade no dia 10 de julho (terça-feira) pelas 14h00. A Comissão reunirá no formato “Mesa e Coordenadores”, não obstante ficar aberta, como habitualmente, à participação dos senhores Deputados que assim o entendam.

- Deram entrada no dia de hoje dois pedidos de assentimento abaixo discriminados, para deslocação ao estrangeiro do Senhor Presidente da República, a saber:
 - **Deslocação de Sua Excelência o Presidente da República** à Federação Russa, no âmbito do Campeonato do Mundo de Futebol, entre os dias 30 de junho a 16 de julho, de 2018; e,
 - **Deslocação de Sua Excelência o Presidente da República** à República de Cabo Verde, para participar na XII Cimeira da CPLP, entre os dias 16 a 19 de julho de 2018.

Lidos os Projetos, foram os mesmos submetidos, em bloco, à votação da Comissão, tendo sido aprovados por unanimidade (registou-se a ausência do CDS/PP).

Ponto 2.

Neste Ponto da OD, foi comunicado o pedido apresentado pelo Deputado Relator, no sentido do adiamento da respetiva apresentação, não se tendo registado qualquer oposição à aceitação do pedido.

Ponto 3.

Relativamente a este Ponto, foi igualmente solicitado pela Deputada Relatora, o adiamento da respetiva apresentação, neste caso, por motivo de doença da própria.

Ponto 4.

Relativamente a esta matéria, foi concedida a palavra à Senhora **Deputada Jamila Madeira (PS)** para apresentação do seu Relatório. Assim, começou por enquadrar o âmbito temático do seu trabalho e respetivos antecedentes. Manifestou a sua estranheza que a comissão Europeia tenha avançado com uma medida deste tipo sem que os Estados membros possuíssem um mecanismo interno deste tipo. Entende que seria preferível que cada país adotasse inicialmente e de *per si*, este tipo de mecanismos, partindo-se posteriormente para a sua implementação à escala supranacional. Concluiu que o Relatório reunia condições de ser votado e, se aprovado, remetido para os devidos efeitos à Comissão de Assuntos Europeus.

Seguidamente, intervieram os seguintes Senhores **Deputados**:

Ascenso Simões (PS), tendo felicitado a Relatora pelo trabalho realizado, o qual veio abrir portas à discussão política. Manifestou dúvidas relativamente à compleição da Proposta de regulamento em causa, face aos princípios da subsidiariedade e proporcionalidade, tendo alegado faltar sustentação para a intervenção da União em matérias que são da competência dos Estados que a integram, existindo mesmo questões de segurança que vão além do âmbito desta medida. Referiu, ainda, que esta iniciativa da UE vai criar obstáculos e limitações aos países mais pequenos, designadamente nos setores de atividade mais globalizados, como na indústria automóvel, onde, desta forma, tenderão a prevalecer os interesses dos países economicamente mais fortes.

Carla Cruz (PC) para, em nome do PCP, cumprimentar a Relatora pelo trabalho produzido. Referiu tratar-se de matéria muito importantes para Portugal, na medida em que interfere com a capacidade de investimento no país. Considerou que, no mínimo, esta matéria deveria ser da competência partilhada e não exclusiva da União, pois colide com aspetos relevantes da soberania nacional no que tange a captação de investimento direto estrangeiro, sendo por isso e no entendimento do PCP, um Tratado prejudicial ao interesse de Portugal.

Não se tendo registado mais intervenções, e uma vez submetido à votação, o Relatório foi aprovado do Deputados presentes.

Ponto 5.

Relativamente a este Ponto, bem como ao Ponto 6. da OD, atenta a identidade das matérias tratadas, e do próprio Deputado Autor dos Relatórios, solicitou este a apresentação de ambas as peças conjuntamente, no que foi atendido por todos os Deputados presentes. Neste seguimento, iniciou o Senhor Deputado à apresentação do seu trabalho, tendo começado por enquadrar a matéria, tanto de substância como de forma. Explicou depois não se colocarem no presente âmbito questões de aferição de subsidiariedade e de proporcionalidade, quer pela específica natureza da medida em apreço, quer pelo facto de o impacto da mesma, no caso da proporcionalidade, colocar-se ao nível da receita e não da despesa. Opinando acerca do teor da medida, referiu o Autor tratar-se de acordos benignos, aptos a garantir o essencial da regulamentação europeia aplicável, designadamente no que resulta do cumprimento do acordo de Paris sobre emissões poluentes, permitindo poupar mais de um bilião de euros em taxas. Por outro lado, constituem instrumentos fundamentais ao relacionamento económico (e não só) com um parceiro importante da União, que surge num momento em que se erguem obstáculos diversos à liberdade de comércio mundial. Concluiu, referindo que os Relatórios em apreço reúnem condições para serem remetidos à Comissão de Assuntos Europeus.

Seguidamente, intervieram os seguintes Senhores Deputados:

Carla Cruz (PC), Relembrou que os eurodeputados do PCP haviam já suscitado a questão da natureza deste Acordo de Comércio Livre, tendo obtido por resposta que os seus efeitos seriam meramente temporários, o que não corresponde à verdade. Com efeito, mostram-se suscetíveis de prejudicar gravemente a economia nacional, designadamente a indústria automóvel. Porém, dada a forma muito objetiva como os Relatórios foram elaborados, o PCP votá-los-á favoravelmente.

Lara Martinho (PS) que começou por cumprimentar o Deputado Rui Silva pelo trabalho realizado. Considerou, de seguida, estarmos perante dois acordos muito positivos, dado o clima de protecionismo comercial imposto pelos Estados Unidos, como o facto de se traduzirem em novas parcerias com a economia asiática. Aduziu, ainda, a vantagem que seria referir-se expressamente o caso dos produtos de zona económica protegida, tendo dado como exemplos os da pera rocha, do queijo de S. Jorge, e do Vinho do Porto. Mais referiu que, no caso do acordo com Singapura, possuindo o mesmo natureza mista, será futuramente ser escrutinado pelo Parlamento.

Pedro Filipe Soares (BE) que começou por cumprimentar o Deputado Rui Silva pelo trabalho realizado, nomeadamente pela objetividade de análise evidenciada. Sublinhou o facto de se tratem de Acordos cujo modelo e finalidades não são novos, comportando riscos que, de resto, haviam já sido identificados aquando da discussão do CETA, com o Canadá.

Paulo Neves (PSD) que começou por cumprimentar o Deputado Rui Silva pelo trabalho realizado. Prosseguiu, reforçando a posição do PSD relativamente a este tipo de Acordos que constituem excelentes oportunidades de aproximação entre a União e as grandes economias mundiais. Referiu não existirem acordos perfeitos, pois as partes acabam sempre por ter fazer cedências parciais, pese embora o resultado final se traduza num efetivo aprofundamento das relações comerciais, tendo lembrado o caso de cuba, em que o PSD havia manifestado idêntica posição.

Rui Silva (PSD), para agradecer as palavras dispensadas pelos Colegas ao seu trabalho, que registou muito positivamente. Esclareceu que na área da indústria automóvel estes Acordos nada vêm por em causa no que concerne ao investimento direto estrangeiro em Portugal. Contrapartida, abrem-se portas comerciais nos domínios vitivinícola e dos laticínios, de entre outros. E lembrou, ainda, que o Tribunal de Justiça Europeu havia já apontado para a existência de problemas de legitimidade no caso de Singapura, reservando competência decisória final aos diferentes Estados-membros.

Não se tendo registado mais intervenções e uma vez submetido a votação em bloco, foram ambos os Relatórios aprovados por maioria dos Deputados presentes, tendo o BE votado contra, e o CDS/PP ter estado ausente da votação.

Ponto 7.

Transitados para este Ponto, foi concedida a palavra à Senhora **Deputada Carla Cruz (PCP)** para apresentação dos Projetos de Resolução números 1460 e 1457, à margem identificados, tendo a mesma começado por colocar à consideração da Comissão a apresentação conjunta de ambas, atenta a identidade das matérias abordadas.

Não tendo havido oposição ao solicitado, prosseguiu a Senhora Deputada, aludindo ao âmbito abarcado pelas iniciativas, ambas relacionadas com temas do ensino do português junto das comunidades portuguesas no estrangeiro, e também às suas motivações, cuja aprovação significaria um maior aprofundamento e proximidade dos portugueses que residem e trabalham no estrangeiro, relativamente ao seu país, tendo realçado estarmos perante um direito de consagração constitucional, abrangendo todos os cidadãos nacionais, independentemente da sua residência.

Seguidamente, intervieram os Senhores **Deputados**:

Pedro Filipe Soares (BE), para declarar o seu apoio às três iniciativas em apreço, as quais haviam já consubstanciado propostas concretamente formuladas pelo Governo. E manifestou a intenção do BE em ver discutir Projetos relacionados com esta temática, ainda durante a presente sessão legislativa.

Nesta parte, interveio o Senhor **Presidente** no sentido de solicitar ao BE, em vista da pretendida discussão, que fizessem chegar aos Serviços da Comissão os textos das iniciativas que pretendem apresentar e ver discutidas.

Prosseguiram os Senhores **Deputados**:

José Cesário (PSD), identificando como o desafio mais importante, o de levar pelo mundo fora, tanto a crianças como a adultos, sistemas de aprendizagem do português com capacidade e qualidade adequadas. Relembrou que já em 2011 o PSD apoiava iniciativas protagonizadas pelo anterior governo nesta matéria. E lembrou que o atual sistema possui qualidade superior ao que lhe antecedeu, a começar pelo facto de ser oficialmente certificado. Relativamente ao pessoal docente, sublinhou a particularidade dos quadros de pessoal do Ensino do Português no Estrangeiro, dada a volatilidade dos estabelecimentos onde é ministrado, os quais, distando entre si, por vezes, milhares de quilómetros, podem desaparecer de um dia para o outro e, com eles, as vagas e os postos de trabalho do respetivo pessoal. No respeitante à gratuitidade da escola virtual, o PSD mantém a sua posição de sempre. i.e., a participação dos diretamente interessados em usufruí-la não contende com qualquer comando de ordem constitucional, constituindo até um fator ordenador e disciplinador da respetiva frequência, tendo-se verificado, aliás, que a introdução de uma propina de acesso, acabou por fazer aumentar o nível da frequência, independentemente do número de inscritos.

Paulo Pisco (PS), para sublinhar que, nos casos das iniciativas relacionadas com o ensino, estarmos perante matéria central no domínio da política da língua portuguesa. No caso do Projeto 1460, o objetivo parece ser o de estabilizar o pessoal docente e com isso, o próprio ensino do português. Mas realçou a existência de certas especificidades, igualmente sinalizadas pelo PSD, relativamente a estes quadros de pessoal, as quais não podem ser desvalorizadas. Neste particular, lembrou que o sistema do ensino de português no estrangeiro é de cariz misto, i.e., tanto é ministrado sob a égide do Instituto Camões, como através de iniciativas das comunidades locais, associações e até edilidades dos países de residência que, para o efeito, celebram protocolos, dando origem a situações muito diferenciadas entre si. Salientou o facto de as comissões de serviço dos docentes terem deixado de sujeitar-se a termo final, sendo que o solucionamento conferido à questão da correção cambial ter também consumido parte da motivação deste Projeto do PCP. Já no caso do Projeto 1457, referiu estar em causa a aprendizagem do português, também, por

cidadãos de origem não portuguesa, e que a propina deve continuar a ser paga. Por todo o atrás mencionado, anunciou que o PS não acompanhará qualquer das iniciativas atrás mencionadas

Carla Cruz (PCP), para lembrar que o PSD, através do Senhor Deputado Carlos Gonçalves, se havia oposto à manutenção da propina, embora não estranhe tal posição, atentos os verdadeiros motivos que conduziram à sua introdução. Nesta matéria, e ao contrário do PSD, o CP mantém a coerência da sua posição Concluiu, referindo que para o PCP, a estabilidade nas condições de trabalho facultadas aos professores constitui aspeto determinante para o bom funcionamento do sistema de ensino do português no estrangeiro. relativamente a esta matéria.

Relativamente ao Projeto de Resolução n.º 1456, procedeu a Senhora **Deputada Carla Cruz (PCP)** à sua apresentação, tendo para o efeito explicado as suas motivações, pretendendo-se com esta medida facilitar o retorno a Portugal dos restos mortais de portugueses falecidos no estrangeiro, quer pela agilização do processo burocrático que lhe está associado, quer mesmo pelo auxílio financeiro a prestar para o efeito, a todos os cidadãos nacionais que não reúnam posses económicas para tal. Mais referiu, que tanto o ASEC como o ASIC, instrumentos de apoio social que já existem, não chegam para cobrir os custos das trasladações, nem mostram ser do ponto de vista administrativo, os instrumentos mais adequados. Concluiu, sublinhado o facto de o Estado português não poder alhear-se destas situações.

Seguidamente, intervieram os Senhores **Deputados**:

José Cesário (PSD), para referir que o atual Regulamento Consular já prever situações como a presente, funcionando até de forma mais célere que o que resultaria da adoção da proposta do PCP, dado viabilizar de forma mais ágil e rápida o reembolso das despesas feitas, através do Fundo para as Relações Internacionais. O recurso ao ASEC traria um acréscimo de burocracia que atrasaria o próprio processo de remoção dos corpos.

Paulo Pisco (PS), que começou por apontar a enorme sensibilidade desta matéria e identificou com problema essencial as situações em que as famílias não possuem meios financeiros para avançar com o pagamento das despesas inerentes à trasladação, ainda que contra reembolso. Concordou com o PSD quanto à inadequabilidade do ASEC nestes casos, e lembrou que também a Segurança social possui meios para intervir em casos como os aflorados, pese embora exista a necessidade de proceder a alguns afinamentos.

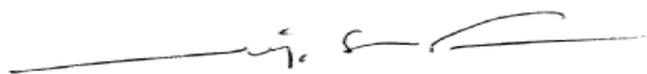
Carla Cruz (PCP), para referir que o Fundo mencionado pelo PSD não tem nem deveria ter como finalidade acudir a casos como os ora retratados. Nem a Segurança social pode ser dada como exemplo de celeridade e redução da burocracia. E realçou o facto de a presente iniciativa ter por destinatários, precisamente, todos aqueles cujas famílias não têm possibilidades materiais de assegurar a respetiva trasladação.

Terminada a apresentação e discussão e nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente** declarou encerrada a reunião pelas 17 horas e trinta minutos.

A presente Sessão possui registo áudio consultável [aqui](#).

Palácio de S. Bento, 26 de junho de 2018

O Presidente da Comissão,



(Sérgio Sousa Pinto)

A presente Ata foi aprovada em reunião da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, realizada no dia 11/09/2018.

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ângela Guerra
Carlos Alberto Gonçalves
Carlos Páscoa Gonçalves
Isabel Santos
Joana Lima
João Gonçalves Pereira
João Oliveira
Lara Martinho
Nuno Magalhães
Paulo Neves
Paulo Pisco
Sérgio Sousa Pinto
Berta Cabral
Wanda Guimarães

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Gabriela Canavilhas
Jamila Madeira
José Cesário
Maria Manuel Rola
Paula Teixeira da Cruz
Sérgio Azevedo

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Ascenso Simões
Pedro Filipe Soares
Porfírio Silva
Ricardo Baptista Leite
Rui Silva
